



Recebido em: 22/01/2019

Aceito em: 20/03/2019

Religiões Afro-Brasileiras e Espaço Urbano: Negociações e (Re)significações

Afro-brazilians religions and urban space: negotiations and (re)significations

Prof. Dr. Gerson Machado¹

MASJ

<http://lattes.cnpq.br/4358356692856848>

O espaço tem por missão dar significado ao tempo e à história.
(Walter Benjamin)

Resumo: Este trabalho estimula a reflexão e o debate sobre as estratégias e táticas utilizadas pelas agremiações religiosas afro-brasileiras no processo de expansão e ocupação de espaços urbanos. Partindo da problematização de como as cidades acolhem essas denominações e negocia(m) elementos distintivos, caros à constituição das identidades, investimos em comparações entre dois importantes núcleos urbanos do Sul do Brasil (Joinville/SC e Porto Alegre/RS). Ambas são cidades constituídas em processos de migrações distintos e relacionadas. A investigação parte de dados obtidos em entrevistas (história oral), em fontes impressas (jornais) e iconográficas (fotografias e audiovisual) as quais evidenciaram elementos importantes para o entendimento da diáspora religiosa afro-brasileira permeando fronteiras, aparentemente, pouco receptivas à essas denominações, tanto ao nível do território brasileiro como para países limítrofes ao

¹ Educador do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville – MASJ / e pós doutorando da Universidade La Salle/Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais (recursos próprios) onde desenvolve pesquisa sobre a relação das religiões afro brasileiras em áreas onde ocorreu a imigração europeia. Contato: e-mail: gerson_machado@uol.com.br

Cone Sul brasileiro. Sobretudo, identificamos que a resignificação de lugares e monumentos consagrados a outras narrativas, a articulação com programas estatais de valorização e autoafirmação dessas identidades e as articulações políticas em prol do coletivo foram eficientes para entender a existência, a trajetória e a visibilidade alcançadas.

Palavras-chave: Memória, Religiões Afro-brasileiras, Patrimônio cultural, Hibridismo cultural.

Abstract: This work stimulates reflection and debate on the strategies and tactics used by Afro-Brazilian religious associations in the process of expansion and occupation of urban spaces. From the problematization how cities accept these denominations and negotiate distinctive elements, dear to the constitution of identities, we invest in comparisons between two important urban centers from South of Brazil (Joinville / SC and Porto Alegre / RS). Both are cities constituted in processes of distinct and related migrations. The research is based on data obtained from interviews (oral history), printed sources (newspapers) and iconographic (photographs and audiovisual), which have shown important elements understanding the Afro-Brazilian religious diaspora permeating borders, apparently not very receptive to these denominations, both in Brazilian territory and in adjacent countries to the Brazilian Southern Cone. Although, we have identified that the reframing of places and monuments dedicated to other narratives, the articulation with state programs of valorization and self-affirmation of these identities, and political articulations in favor of the collective were efficient to understand the existence, trajectory and visibility achieved.

Key-Words: Memory, Afro-Brazilian religions, Cultural heritage, Cultural hybridity.

APROPRIAÇÕES DA CIDADE: RESIGNIFICAÇÕES E HIBRIDISMOS

As religiões afro-brasileiras possuem uma estreita ligação com os fenômenos naturais. Sua articulação e consolidação se deram em estreita relação com o mundo rural. Isso se revela, inclusive, na linguagem utilizada, cotidianamente, pelos adeptos ao se referirem aos espaços sagrados denominados de “roça”, “terreiro”, “mata” etc.. É evidente a ressonância desse universo na estruturação das relações significativas que consolidam essas agremiações. Poderíamos avançar e perceber que na lida cotidiana do fazer religioso, a presença de elementos naturais, mais uma vez, remetem ao espaço rural e natural, como é o caso do uso de determinados instrumentos para a elaboração das comidas votivas das divindades e de consumo diário pelos membros da comunidade.

Nesse contexto, é representativo o uso do pilão no processamento dos grãos, no fabrico de farinhas, pós, entre outros. A própria sacralização dos animais nos remete aos tempos em que o acesso à proteína de origem animal ocorria através do abate dos mesmos, em atividades que, geralmente, incluía mais de um núcleo familiar. Era comum às famílias que procedessem o abate de animais serem auxiliadas por vizinhos, que além de receberem um “presente” (pedaço valioso do animal) tinha como retribuição os préstimos e o compromisso de serem ajudados em atividade correlata. Todavia, essas práticas de abate e auxílio mútuo estão se tornando cada vez mais escassas e espaçadas na medida em que a urbanização e suas relações se expandem e tomam o espaço do rural. Não é o caso de boa parte das religiões afro-brasileiras, que mantém vivo a tradição de sacralização como a principal forma de veiculação de axé e de culto aos orixás, inkisses, voduns e entidades.

O avanço da urbanização no Brasil, especialmente a partir da década de 1940, provocou um movimento de acomodação e re-existência das religiões afro-brasileiras. Não estamos dizendo que anterior a isso elas viviam isoladas em guetos rurais, sem contato com os espaços urbanos, pelo contrário. É importante ressaltar que desde as suas origens essas religiões negociam suas expressões, presenças e ocultamentos, com o mundo urbano (REIS, 2008).

Esse movimento pendular é constituído de gradientes que ajudam a entender por que, em determinadas situações a demonstração de aspectos dessas religiões são tão apreciadas pela sociedade brasileira, como é o caso do culto a Iyemonjá, celebrado nas orlas marítimas e lagos de várias cidades brasileiras. Diante disso é importante atentarmos para a ressonância e a aceitação deste ritual por boa parte da população, ressaltando-se que, em muitos casos, os participantes não possuem

nenhuma vinculação a elas a não ser essa demonstração de fé sazonal.² Todavia, outros eventos marcam o outro lado da relação desse fenômeno religioso e o espaço urbano, ou seja, a violência, a negação e a tentativa de extinção dessa herança cultural, completada pelos processos de resistências, advindas de estratégias e táticas³ que operam o hibridismo cultural (CANCLINI, 2011) e os seus processos de apropriação e ressignificação.

A relação da cidade com a construção das subjetividades e alteridades relacionadas ao escopo afro-brasileiro foi investigada, de forma seminal, pela antropóloga americana Ruth Landes, em 1938 (LANDES, 2002). Sua narrativa muito original para a época, ainda hoje, inspira pesquisas na área. Sobretudo, o que merece destaque para nossa reflexão é a percepção da pesquisadora em relação ao destaque dado ao papel preponderante das mulheres e homossexuais na organização das agremiações religiosas, em oposição à sociedade circundante, marcada pelo machismo. Esse refinamento do olhar de Landes é inspirador não só por demonstrar que a sociedade brasileira não possui relações tão monolíticas quanto pensávamos, mas, sobretudo, para ajustarmos nossa sensibilidade e percebermos que a realidade é muito mais multifacetada do podemos supor. Em suma, não podemos nos aproximar de universos de sentidos tão sensíveis com as ferramentas tradicionais de pesquisa que orientam o olhar para as regularidades, homogeneidades, simetrias e estabilidades. Vale ressaltar que determinados movimentos caros à historiografia fazem parte do periférico, das frinchas do sistema. De certa maneira as agremiações religiosas afro-brasileiras compõem-se neste repertório e formam um sistema de valores que é alimentado e ao mesmo tempo as alimenta dando empoderamento e legitimidade aos seus atores.

Tal entendimento é o que nos motiva a refletir sobre como se articula ao nível da *urbs* as relações e os espaços de grupos que, historicamente, sofrem processos de exclusão, mas que mesmo diante de tantos vetores contrários conseguiram se estabelecer e se fazer presentes na paisagem das cidades. Para o ofício de historiador tanto o enaltecimento quanto o silenciamento fazem parte de um conjunto de dizibilidades cuja "... emergência é, portanto, a entrada em cena de forças; e sua irrupção, o salto pelo qual elas passam dos bastidores ao palco, cada

² Não há uma data unificada para esta celebração. É muito comum ocorrer entre os dias 31 de dezembro e 02 de fevereiro. No primeiro caso, no eixo Sudeste/Sul brasileiro e no outro em Salvador/BA, podendo haver variações.

³ O conceito de estratégia e tática é aqui empregado inspirado nas reflexões de: CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano** (1- a arte de fazer). 9.ed.. Petrópolis: Vozes, 1994. "Chamo de "estratégia" o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um "ambiente" (...) ao contrário, "tática" é um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível" (p. 46)

uma com o vigor e a jovialidade que lhe é própria” (FOUCAULT, 2005: p. 269.). Nossa concordância com a citação deste autor parte da percepção de que a presença das religiões afro-brasileira no cenário das cidades situadas ao Sul do Brasil ocorre num campo de tensão e posicionamentos variados, ocupando sistematicamente espaços conquistados ou fazendo recuos estratégicos visando o avanço, não no sentido proselitista da economia religiosa, mas motivado por um discurso memorialista/identitário de autoafirmação e de reivindicação do direito à existência.

Este fenômeno fica muito mais complexo se tomarmos cidades cuja constituição está ligada a empreendimentos de colonização europeia, como é o caso de Joinville/SC e Porto Alegre/RS. A primeira é uma cidade de cerca de meio milhão de habitantes, localizada na região Norte/Nordeste do Estado de Santa Catarina, cuja fundação se vincula às empresas de colonização que, de meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX, arregimentou milhares de imigrantes de origem europeia.

Por sua vez, Porto Alegre, tem uma população de cerca de um milhão e meio de habitantes, e é sede de região metropolitana com mais de quatro milhões de habitantes. A capital do estado do Rio Grande do Sul teve sua fundação vinculada ao processo de ocupação europeia que, a partir de meados do Século XVII acolheu portugueses açorianos e, sucessivamente, os de outras etnias e nacionalidades.

As duas cidades estão situadas na região Sul do Brasil com dinâmicas populacional e cultural diferenciadas, inclusive no tocante às manifestações religiosas afro-brasileiras. Enquanto em Porto Alegre o campo religioso afro-brasileiro é mais consistente e consolidado, tanto em termos de número de praticantes quanto em termos de visibilidade no cenário urbano, a cidade catarinenese por sua vez passou a acolher de forma mais direta tais fenômenos, mais recentemente e por isso, os elos que sustentam essas relações são ainda incipientes e em interessante processo de consolidação. Enquanto o Batuque Gaúcho é um fenômeno religioso que se espalhou para além das fronteiras do Rio Grande do Sul, atingindo países latino-americanos (Argentina e Uruguai, especialmente), consolidando a região de Porto Alegre como centro difusor e de apoio logístico e litúrgico (ORO, 1999), Joinville se insere mais, como um centro consumidor das religiões afro-brasileiras, porém não exclusivamente (MACHADO, 2014). De pouco a pouco, algumas performances autênticas, permeadas pelo hibridismo, vão se consolidando no Norte catarinense e servindo como centro difusor, tanto de produtos materiais quanto simbólicos.

Todavia, em que pese os avanços em termos de legitimidade que as denominações afro-brasileiras vêm conquistando nos cenários urbanos, ações de conflito, seja na esfera dos relacionamentos cotidianos entre cidadãos, seja no relacionamento direto com o estado brasileiro são frequentes. No primeiro caso vale lembrar as ações de intolerância e violência motivadas por questões religiosas, tão noticiadas nas redes de comunicação, como a invasão e destruição da cultura material sagrada de terreiros, por parte de elementos ligados a determinadas alas do movimento evangélico neopentecostal, muitas vezes, associados ao tráfico de drogas, especialmente no estado do Rio de Janeiro, mas que se repete em outros lugares do país. Na relação com o estado trago à baila o caso recente do entendimento do Supremo Tribunal Federal, em que defende o direito do ensino religioso confessional nas escolas públicas do país⁴.

Lógico que poderíamos dizer que o direito é extensivo a todas as denominações. Por conseguinte, precisamos lembrar que ações de doutrinação religiosa em espaço públicos não se inspiram, a meu ver, nos ideais democráticos. Isto se agrava se considerarmos a história do Brasil e a interpretarmos como uma construção excludente dos valores das culturas não ocidentais. Ainda pesa nesta questão o fato da escassez de materiais didáticos de qualidade que se baseiam na cosmologia e nos valores religiosos afro-brasileiros. Enquanto a religião cristã mantém uma base sólida neste sentido, desde o período colonial, as demais denominações ainda engatinham no sentido de prover didaticamente as ações pedagógicas. Deste ponto de vista a decisão do STF não faz justiça nem leva em consideração a trajetória histórica vinculada às questões religiosas no Brasil.

Algumas táticas adotadas pelas religiões afro-brasileiras servem de exemplo para o enfrentamento dessas e de outras questões que afrontam o direito de ser e de existir das mesmas. Retomamos o caso das duas cidades e aqui gostaria de relacionar algumas ações adotadas pelos povos de terreiro para exemplificar como ocorre a “costura” de apoios e aceitações com a sociedade com a qual interage exigindo muita criatividade, protagonismo e coragem.

⁴ Cf. <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=357099>. Acesso em 30.09.2017.

PRESENÇA AFRO-BRASILEIRA NA “COLÔNIA”⁵

A primeira situação ocorre, anualmente, desde o ano de 2009 num dos espaços mais referenciais quando refletimos sobre o processo de imigração europeia para o Brasil. O Cemitério do Imigrante de Joinville faz parte do patrimônio cultural brasileiro, foi tombado em 1962 pela antiga Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – DPHAN, atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN⁶. Sua importância, como seu nome assinala, se refere ao fato de abrigar jazigos dos primeiros imigrantes europeus, predominantemente evangélicos, que se instalaram na antiga colônia Dona Francisca, atual Joinville. “O primeiro sepultamento ocorreu em dezembro de 1851, sendo que o cemitério funcionou até o ano de 1913. Nele constam cerca de 490 sepulturas, embora o número de sepultados supere os dois mil, entre imigrantes e seus descendentes, luso-brasileiros e afrodescendentes que colonizaram a região.”⁷ Em pesquisas documentais se descobriu que alguns sepultamentos realizados no cemitério não se referiam exatamente aos primeiros imigrantes. Antes sim, há registros de pessoas escravizadas que, por caminhos incertos, acabaram sendo sepultadas em jazigos que não possuem quaisquer testemunhos materiais, somente o registro escrito.⁸ Para nossa reflexão, o fato mais interessante que merece destaque foi a apropriação feita pelos povos de terreiro de Joinville que passou a homenagear a ancestralidade negra neste espaço e anualmente realiza evento neste lugar, na lápide dedicada à memória dessas pessoas (Figura 1).

Ainda em terras catarinenses, o Monumento ao Imigrante, situado na Praça da Bandeira, no centro da cidade, é local onde se celebra, desde 1951 data de sua inauguração, os movimentos migratórios europeus para o Brasil (Figura 02). A obra erigida no Praça da Bandeira, centro de Joinville, materializa o imaginário de época, com destaque às figuras de dois homens munidos de ferramentas (machado e arma de fogo) como instrumentos de colonização, caminhando em direção ao Norte. No sentido oposto, a figura feminina, sentada sobre um baú e cuidando da prole e das posses familiares. Ao centro uma espécie de obelisco encimado, na sua face Leste,

⁵ O termo “colônia” faz referência aos primórdios do Município de Joinville, 1851, quando era denominada de Colônia Dona Francisca.

⁶ Cemitério Protestante (Joinville, SC). Livro Histórico. Inscrição:354, Data:9-11-1962. Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Inscrição: 033 Data:9-11-1962. Nº Processo:0659-T-62. (Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm> - acessado em 16.10.2012)

⁷ Disponível em: http://www.joinvillecultural.sc.gov.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=71&Itemid=66 – acessado em 16.10.2012

⁸ “Livro de Assentos de Óbitos Católicos da Freguezia de São Francisco Xavier de Joinville (1858 - 1875). Livro nº 1”. Anotações do Padre Carlos Boergenshausen.

pela expressão de oferecimento “Joinville a seus fundadores” em letras garrafais. Abaixo ramos de louro e mais abaixo uma figura em alto-relevo, de um carroção movido por tração animal (cavalos), celebrando o desbravamento dos sertões da antiga colônia dona Francisca. Na Face Oeste um letreiro em fontes garrafais com o dizer “9 de março de 1851”, tida como a data de fundação da colônia. Abaixo uma figura em relevo de um navio, meio de transporte utilizado pelos imigrantes para fazer a travessia do Atlântico.

Figura 1 – Homenagem às pessoas negras sepultadas no Cemitério do Imigrante de Joinville



Data: 20.11.2012

Por mais de 50 anos tal monumento esteve vinculado à memória dos primeiros colonizadores europeus que aportaram na Colônia Dona Francisca. Desde o ano de 2009, esse monumento passou a ressoar outro significado para as comunidades tradicionais de terreiros e simpatizantes. Desde então as mesmas organizam um cortejo que percorre rua central da cidade, num percurso que sai do Museu Nacional de Imigração e Colonização até a Praça da Bandeira onde está situado o monumento. O cortejo é cadenciado pelo ritmo ijexá tocado por percussionistas do grupo de Afoxé Omilodê, mobilizando os demais participantes que, trajados de branco e munidos de flores e água de cheiro se procede a lavagem das escadarias e depositam as flores por todo o monumento (Figura 3). A observação dessa performance nos obriga a concordar com a perspectiva da mutabilidade dos sentidos atribuídos aos monumentos imersos nas cidades. Cristina Freire afirma:

Pensar a relação dos habitantes de uma cidade com os seus monumentos é ver a cidade além de sua funcionalidade imediata, é privilegiar, antes de tudo, seu componente histórico e estético. (...) Longe de se referirem a traçados urbanos abstratos, carregam-na de sentido simbólico (...) que mistura os tempos presente e passado, as histórias individuais às coletivas. (...) Como os valores são construídos social, portanto historicamente, seu destino é a mudança. (FREIRE, 1997: 55)

Indubitavelmente, o evento em questão atribui camadas de sentidos de parcelas da população, até então, nunca representadas neste momento tão caro à celebração da memória da imigração europeia. A tática foi de, a contrapelo, aproveitar o sentido da imigração para inserir um novo ator nesse cenário, no caso o negro e aspectos de sua cultura para, paradoxalmente, incluir e denunciar a invisibilidade a que estão sujeitos. Tal mudança é o resultado de um arranjo dos grupos sociais ante a falta de representação na cidade.

Figura 2 – Cartão Postal Monumento ao Imigrante - 1951



Fonte: Acervo do Arquivo Histórico de Joinville

Figura 3 – Cortejo para Lavagem do Monumento ao Imigrante

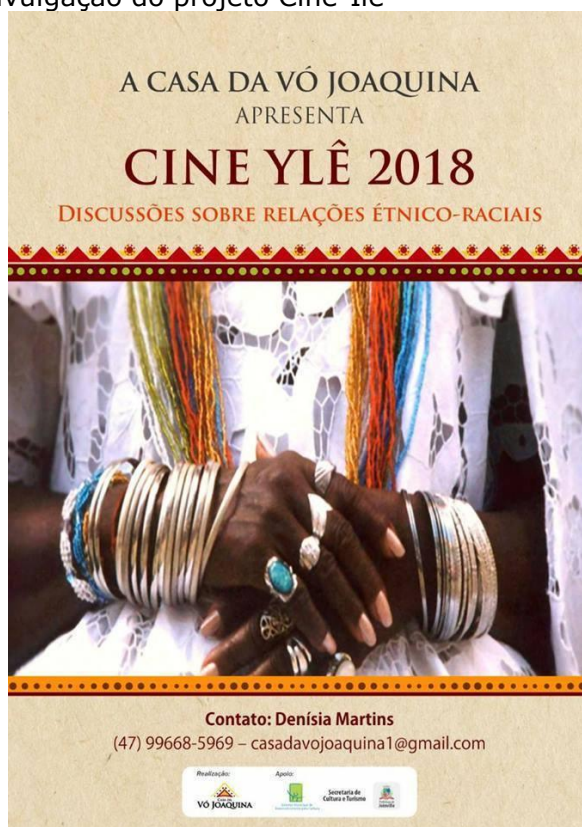


Data: 20.11.2015

Nota: VIII Semana da Consciência Negra – 2015.

Outro evento que merece destaque é a realização do “Cine Ilê”, que se notabiliza pela exibição de produções audiovisuais que abordem a temática afro-brasileira e convida a sociedade em geral a adentrar os espaços sagrados afro-brasileiros, desmistificando-os e incluindo-os na teia de significados urbanos (Figura 4). Por outro lado, o evento tem a intenção de repertoriar as comunidades de terreiro com discussões que valorizam a autoestima e promovem a apropriação de aspectos importantes da cultura bem como positiva a imagem dos terreiros no cenário urbano da cidade. É um evento itinerante, e os terreiros participam mediante credenciamento prévio e é um desdobramento da Semana da Consciência Negra, que ocorre no mês de novembro, mas que pela avaliação dos grupos havia a necessidade de ações contínuas e sistemáticas nos outros períodos do ano, como forma de coesão do grupo e de fortalecer as redes de sociabilidade. O fato é que desde o ano de 2017, o evento se desenvolve no decorrer do ano em diversas unidades escolares da cidade, com a exibição e discussão de obras cinematográficas. Tal evento se constitui num projeto que conta com financiamento do Sistema Municipal de Desenvolvimento pela cultura e, no ano de 2018 direcionou suas atividades para as instituições de ensino formal, não-formal e informal. Foram realizadas 261 sessões e atendidas 8.900 pessoas. A coordenadora do projeto, ekede Denísia Martins, avalia que o atendimento dessas tipologias de público e instituições encontra mais ressonância e eficácia no combate ao racismo, à intolerância e à discriminação.

Figura 4 – Cartaz de divulgação do projeto Cine-Ilê



NO PARALELO 30⁹

No caso da capital gaúcha gostaria de valorizar dois eventos. O primeiro é a significação atribuída ao espaço central do Mercado Público de Porto Alegre. Consta que durante obras de restauração do prédio do mercado os povos de terreiro de Porto Alegre e região se mobilizaram no sentido de defender o espaço central do mercado onde estaria fundamentado o Bará, divindade cujo domínio se relaciona ao mercado e a todas as transações comerciais (Figura 5).¹⁰ “Conforme a tradição, no centro do Mercado, no meio da encruzilhada que o funda está “sentado” o orixá Bará – entidade responsável pela abertura dos caminhos e pela fartura (figura 6). Uma tradição que remonta o Mercado como um espaço de reconhecimento e reivindicação da população afrodescendente e da cultura negra da cidade de Porto Alegre”¹¹ Enfim, o espaço central do referido mercado adquiriu, desde então, status de sagrado e é um local de peregrinação e reverência para os adeptos dessas religiões, cuja apropriação ganha impulso à medida que suas performances¹² ganham maior visibilidade, legitimidade e poder de enunciar significados do seu inverso sagrado a um espaço corriqueiro, para a maioria dos cidadãos no área central da capital gaúcha.

Há outras formas de se entender a construção de significados para a cidade que fogem aos passos apressados da concretude e do vai-e-vem cotidiano dos mercados públicos. É o caso da Lei Municipal de Porto Alegre nº 10603/2017, que institui o calendário de eventos e o calendário mensal de atividades da cidade. No seu Anexo II há uma listagem dos diversos eventos a que a lei se refere. Em relação aos eventos de caráter afro-brasileiro, dois deles merecem destaques. Ambos são eventos híbridos de ciclo anual: como a Festa de Nossa Senhora dos Navegantes, dia 02 de fevereiro, e a Festa de Oxum, dia 08 de dezembro. O primeiro é assim descrito:

Considerada a maior festa religiosa da Cidade, homenageia Nossa Senhora dos Navegantes e seu sincretismo afro-brasileiro. Em procissão por terra e por água, a imagem de Nossa Senhora é transportada do Santuário Nossa Senhora do Rosário para a Igreja Nossa Senhora dos Navegantes. Na sua chegada, é celebrada uma missa campal, seguida de festa popular com apresentações

⁹ O termo paralelo 30 faz referência à musica “Deu Pra Ti”, da dupla gaúcha Kleiton e Kleidir, que remete à localização geo-espacial de Porto Alegre no Paralelo 30 Sul.

¹⁰ **A tradição do Bara do Mercado.** Direção Ana Luiza Carvalho da Rocha. Porto Alegre/RS. Son/color, DV/NTSC, 2008, 55 min.

¹¹ Disponível em: <https://www.ufrgs.br/biev/?xylus-portfolio=o-bara-do-mercado-publico> – acessado em 29.09.2017.

¹² A propósito dessa denominação que se pretende universal, vale ressaltar que algumas literaturas referem-se a este universo como religiões afro-gaúchas. (ORO: 1999)

artísticas e venda de flores, velas, artesanato e alimentos, em especial a melancia, que é tradicionalmente consumida na Festa.

Na data, também ocorre a homenagem a Iemanjá, correspondente de Nossa Senhora dos Navegantes nas religiões afro-brasileiras. São feitas homenagens nas praias, com os devotos lançando nas águas pequenas embarcações com oferendas apreciadas pelo orixá feminino.

Local: Santuário Nossa Senhora do Rosário (Rua Vigário José Inácio, 402, Centro Histórico).¹³

O anexo de lei ainda descreve outros eventos como a Festa de Orixá Oxum (Figura 7) a qual é descrita:

O orixá feminino das águas doces, do ouro, da beleza, do amor e das crianças recebe homenagens, entre as quais se destacam as promovidas na prainha da Usina do Gasômetro e na praia de Ipanema, onde são entregues oferendas, geralmente feitas com trabalhos e despachos à base de mel e quindim.

Também é realizada procissão motorizada pela Av. Guaíba até o Monumento à Mãe Oxum, junto ao qual, durante a noite, ocorre um show de queima de fogos de artifício.

Local: (*)¹⁴

Figura 5 – Performance de Bará no Mercado Público do Porto Alegre/RS



Disponível em:

<https://i.ytimg.com/vi/U42qTmvQPNo/hqdefault.jpg> - acessado em 09.11.2017

Nota: O evento foi capitaneado pela CEDRAB Congregação em Defesa das Religiões Afro-brasileiras, Porto Alegre, RS.

Figura 6 – Área central do Mercado Público de Porto Alegre/RS

¹³ MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE. Lei Ordinária 10903/2010 de Porto Alegre – RS. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/rs/p/porto-alegre/lei-ordinaria/2010/1090/10903/lei-ordinaria-n-10903-2010-institui-o-calendario-de-eventos-de-porto-alegre-e-o-calendario-mensal-de-atividades-de-porto-alegre-dispoe-sobre-a-gestao-desses-calendarios-e-revoga-legislacao-sobre-o-tema>.

¹⁴ ANEXO II, da Lei Municipal de Porto Alegre Nº 10903.



Disponível em:

http://1.bp.blogspot.com/-6tumR1R0Fz0/UcXfFbu_UHI/AAAAAAAAABHQ/CuolmNmL87I/s640/voz7.jpg - acessado em 09.11.2017.

Nota: neste espaço os adeptos das religiões afro-brasileiras consideram a existência de um assentamento de Bará.

Figura 7 – Festa da orixá Oxum em Porto Alegre/RS



Disponível em:

<https://i.ytimg.com/vi/2FibA2kcUQY/maxresdefault.jpg> - acessado em 09.11.2017

O reconhecimento oficial de eventos que agregam memberships de diversas denominações religiosas (católicas, afro-brasileiras, indígenas, entre outras) pode esconder um campo de tensões que movimenta diversos atores, desde o praticante mais humilde até os representantes eleitos no sistema democrático. Há uma cadeia operatória em funcionamento que articula, reconhece e afirma a identidade de minorias como as que temos em questão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim é forçoso reconhecer que a abordagem aqui desenvolvida se inspirou livremente nas observações desenvolvidas por Walter Benjamim na obra *Diário de Moscou* (BENJAMIM, 1989) na qual é relatado as vivências do autor na capital soviética, nos idos dos 1926/1927. Apesar das descrições apresentarem a cidade e suas particularidades, sobretudo, serviu para que Benjamim, ao tomar distância pudesse entender melhor a sua cidade de origem, Berlim. De forma análoga e despreziosa o esforço apresentado por mim neste artigo serviu, sobretudo, para me aproximar um pouco mais de minha cidade, Joinville, à medida que eu fui conhecendo um pouco melhor outra cidade, Porto Alegre. Diante disso sou forçado a concordar com Benjamim que ao registrar sua experiência de estrangeiro pode alcançar formas mais líricas de compreensão do seu espaço de origem. Assim, ao olhar para como a capital gaúcha sistematiza dizibilidades em torno da cultura religiosa afro-brasileira através de instrumentos legais e das expressões públicas dessas religiões/religiosidades, compreendi, também, como a cidade catarinense negocia a presença de tais fenômenos em seu território.

Se por um lado as táticas utilizadas pelas agremiações afro-brasileiras resultam em conquistas como as descritas para o caso da oficialidade gaúcha, é preciso reconhecer que a pujança e a beleza maior desse universo se dão no movimento que proporciona transformações híbridas que garantem novas e cambiantes formas de se singularizar no mundo. Aqui vale retomar os fenômenos da cidade catarinense e em parceria com os da capital gaúcha, reconhecer que as agremiações religiosas afro-brasileiras vêm, cada vez mais, ocupando os espaços das cidades com muita criatividade, protagonismo e coragem.¹⁵

Sobretudo, os estudos das relações entre as religiões afro-brasileiras e os espaços urbanizados contribuem para a dilatação do conceito do urbano, superando antigas dicotomias que segregam os fenômenos naturais da *urbs*, visto que esta apresenta, em muitas ocasiões, um estatuto que condiciona o ser humano a viver numa espécie de redoma. Isto o aparta e o torna suscetível e despreparado para

¹⁵ Na cidade catarinense ainda não há reconhecimento oficial de celebrações ou festividades ligadas ao universo religioso afro-brasileiro. Porém, a lei municipal nº 8472/2017 institui: “Art. 1º Fica instituído o Mês da Consciência Negra, a ser celebrado no período entre 28 de outubro e 28 de novembro de cada ano, em referência ao Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, comemorado em 20 de novembro, data de falecimento do líder negro Zumbi dos Palmares.

Art. 2º O referido período será dedicado ao desenvolvimento de ações afirmativas, educativas e culturais, visando à valorização da História e Cultura Afro-Brasileira, o combate a todas as formas de racismo, intolerâncias e discriminação racial “. (MUNICÍPIO DE JOINVILLE, 2017)

administrar condições decorrentes desses fenômenos: fortes tempestades, enchentes, incêndios, epidemias etc.. Vale ressaltar que a exacerbação de algumas situações são potencializadas pela pouca empatia dos processos de ocupação urbana que não respeitam os condicionantes ambientais de segurança. De maneira em geral os empreendimentos urbanos servem para “controlar” os fenômenos naturais. A pergunta que fica: será que o precisamos é de uma tentativa vã de controle desses fenômenos ou, antes disso, temos que nos entender como parte de único sistema do qual somos um ponto importante, mas não imprescindível? A aposta neste caminho encontra importantes ancoragens nas religiões afro-brasileiras para ampliar o entendimento das questões.

Enfim, a iminente crise ambiental possui escala global. É necessário, portanto, a construção de uma nova sensibilidade para orientar a adequação de projetos existentes, bem como, para a construção de novas propostas. Se o que criou a situação vem do próprio sistema, pouco atento ao poder que as forças naturais possuem, precisamos flexioná-lo trazendo-o para um campo de embate de diferentes perspectivas e significados opostos ou complementares. Sem dúvidas um olhar centrífugo, que rompa as armadilhas epistemológicas às quais estamos submetidos se não resolver definitivamente o problema, pelo menos apresentará alternativas distintas em prol da construção de alternativas mais viáveis para a convivência do ser humano e dos demais entes e elementos da natureza.

Modupé¹⁶!

REFERÊNCIAS

DOCUMENTAIS

A tradição do Bara do Mercado. Direção Ana Luiza Carvalho da Rocha. Porto Alegre/RS. Son/color, DV/NTSC, 2008, 55 min.

BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.
<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=357099>.

Acesso em 30.09.2017

BRASIL. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL.
<https://www.ufrgs.br/biev/?xylus-portfolio=o-bara-do-mercado-publico> – acessado em 29.09.2017.

IPHAN. Cemitério Protestante (Joinville, SC). **Livro Histórico.** Inscrição:354, Data:9-11-1962. Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Inscrição: 033

¹⁶ Obrigado.

Data:9-11-1962. Nº Processo:0659-T-62. (Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm> - acessado em 16.10.2012)

MUNICÍPIO DE JOINVILLE. http://www.joinvillecultural.sc.gov.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=71&Itemid=66 – acessado em 16.10.2012

Livro de Assentos de Óbitos Católicos da Freguezia de São Francisco Xavier de Joinville (1858 - 1875). Livro nº 1. Anotações do Padre Carlos Boergenshausen.

MUNICÍPIO DE JOINVILLE. <https://www.joinville.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/07/Calend%C3%A1rio-de-datas-e-eventos-oficiais-do-Munic%C3%ADpio-de-Joinville.pdf> – acessado em 17 jan 2019.

MUNICÍPIO DE JOINVILLE. **Lei nº 8472**. Joinville: Diário Oficial Eletrônico do Município de Joinville nº 824, 22 nov. 2017.

MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE. **Lei Ordinária 10903/2010 de Porto Alegre** – RS. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/rs/p/porto-alegre/lei-ordinaria/2010/1090/10903/lei-ordinaria-n-10903-2010-institui-o-calendario-de-eventos-de-porto-alegre-e-o-calendario-mensal-de-atividades-de-porto-alegre-dispoe-sobre-a-gestao-desses-calendarios-e-revoga-legislacao-sobre-o-tema>. Acessado em 29.09.2017.

BIBLIOGRÁFICAS

BENJAMIM, Walter. **Diário de Moscou**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CANCLINI, Néstor. **Culturas híbridas**. São Paulo: Edusp, 2011.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano** (1- a arte de fazer). 9.ed.. Petrópolis: Vozes, 1994.

FREIRE, Cristina. **Além dos mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo**. 1.ed.. São Paulo: SESC/ Annablume, 1997.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a Genealogia, a História. In: _____. **Ditos & Escritos II; Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. (Ditos e escritos v.II).2.ed.. Rio de Janeiro: forense Universitária, 2005, p.p. 260-281.

LANDES, Ruth. **A cidade das mulheres**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

MACHADO, Gerson. **Os atabaques da Manchester**. Itajaí: Casa Aberta, 2014.

ORO, Ari Pedro. **Axé Mercosul: as religiões afro-brasileiras nos países do Prata**. Petrópolis: Vozes, 1999.

REIS, João José. **Domingos Sodré um sacerdote africano**. 1.ed.. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

